

TRT-PI

ANALISTA JUDICIÁRIO CONTABILIDADE

Tribunal Regional do
Trabalho da 22ª Região



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Domínio da ortografia oficial.

Emprego da acentuação gráfica.

Emprego dos sinais de pontuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Flexão nominal e verbal.

Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.

Domínio dos mecanismos de coesão textual.

Emprego de tempos e modos verbais.

Vozes do verbo.

Concordância nominal e verbal.

Regência nominal e verbal.

Morfossintaxe.

Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.

Figuras de linguagem.

Discurso direto, indireto e indireto livre.

Adequação da linguagem ao tipo de documento.

REGIMENTO INTERNO DO TRT DA 22ª REGIÃO

Conteúdo disponível a partir do endereço eletrônico

<https://www.trt22.jus.br/portal/institucional/regimento-interno/>

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Conceito.

Campo de aplicação.

Regime orçamentário e contábil (patrimonial).

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP: NBC TSP Estrutura Conceitual; NBC TSP 01 a NBC TSP 13.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição:

Anexo - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;

Procedimentos Contábeis Patrimoniais;

Procedimentos Contábeis Específicos;

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público;

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Lei Complementar no 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Lei nº 4.320/1964.

CONTABILIDADE GERAL

Normas Brasileiras de Contabilidade (aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC).

Lei nº 6.404/1976 e alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007.

Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Estrutura Conceitual: Conceito e objetivos, usuários e suas necessidades de informação, os ramos aplicados da Contabilidade.

Patrimônio e Variações patrimoniais: conceituação de patrimônio, ativos, passivos e patrimônio líquido, aspecto qualitativo e quantitativo, representação gráfica, equação básica da contabilidade, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.

Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração: conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras), método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, origens e aplicações de recursos, elementos essenciais do lançamento contábil, regime de competência, balancete de verificação, livros utilizados na escrituração.

Avaliação de Ativos e Passivos.

Balanço Patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstração do Valor Adicionado.

Notas explicativas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública.

Conceito, organização e modelos.

Regime jurídico administrativo.

Princípios constitucionais.

Poderes da Administração Pública.

Poderes e deveres dos administradores públicos.

Uso e abuso do poder.

Controle da Administração Pública no Brasil.

Transparência e acesso à informação no Poder Público.

Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011).

Proteção de dados pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Organização da Administração Direta e Indireta.

Órgãos públicos. Autarquias. Empresas públicas e sociedades de economia mista.
Fundações públicas.

Ato administrativo. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação espécies.

Extinção, revogação, invalidação e convalidação.

Processo administrativo.

Controle da administração pública.

Classificações relativas ao controle da Administração Pública.

Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.

Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021.)

Licitação. Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade. Princípios básicos e correlatos. Modalidades. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório. Anulação, revogação e recursos administrativos. Sanções e procedimento sancionatório.

Crimes em licitações e contratos administrativos.

Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021.

Contrato administrativo. Conceito, principais características e espécies. Formalização, execução e inexecução. Duração, prorrogação, renovação e extinção. Revisão e rescisão.

Convênios. Serviço Público: conceito, elementos.

Concessão, permissão e autorização. Lei nº 8.987/1995.

Parcerias Público-privadas (Lei nº 11.079/2004).

Agentes públicos. Conceito e classificação.

Organização e regime jurídico constitucional.

Regime previdenciário.

Responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Responsabilidade extracontratual da Administração.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Conceito, princípios orçamentários, características e elementos básicos do orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho e orçamento-programa.

Conceito e finalidade do controle da Administração Pública.
Controle interno e controle externo da Administração Pública.
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição:
Anexos - Ementário da Classificação por Natureza de Receita e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Procedimentos Contábeis Orçamentários;
Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição.
Lei nº 4.320/1964.
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Lei nº 10.520/2002.
Lei nº 14.133/2021.
Decreto-Lei nº 200/1967.
Constituição Federal de 1988.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Orçamento público. Conceito. Finanças Públicas e Orçamento na Constituição Federal - Título VI – Capítulo II - Seções I e II.
Princípios orçamentários.
Ciclo orçamentário.
Plano plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual.
Sistema e processo de orçamentação.
Classificações orçamentárias.
Estrutura programática.
Créditos ordinários e adicionais.
Programação e execução orçamentária e financeira.
Descentralização orçamentária e financeira.
Acompanhamento da execução.
Alterações orçamentárias.
Receita pública. Conceito e classificações. Estágios. Fontes. Dívida ativa.
Despesa pública. Conceito e classificações. Estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores.
Dívida flutuante e fundada.

Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101/2000 atualizada.

Lei nº 4.320/1966. Limitações das Despesas. Despesa com pessoal. Endividamento Público. Relatório de Gestão Fiscal.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova